

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rosinei Coutinho/STF



STF: tensão para encontrar o tom adequado

## Bastidores da tensão do STF na sessão de abertura

Os franceses gostam de dizer que “o tom faz a canção”. O advogado e analista político Melillo Dinis lembrou da frase dos “chansonniers” franceses na sexta-feira (1) ao assistir à sessão de reabertura dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal (STF). A sessão iniciou-se com grande atraso, o que não costuma ser comum. O atraso deveu-se à necessidade de combinar o jogo.

Na percepção de Melillo, era visível o clima de tensão. Os ministros precisavam achar o tom certo. Algo que lembrava a famosa frase de Pinheiro Machado ao seu cocheiro em 1915, que lhe perguntou como ele deveria conduzir a carruagem ao deparar com uma multidão enfurecida: “Nem tão depressa que pareça medo, nem tão devagar que pareça provocação”.

## Posição

Para Melillo, esse tom fez com que os discursos do presidente do STF, Luís Roberto Barroso, e do decano, Gilmar Mendes, fossem mais protocolares. O recado era: o STF não vai ceder a pressões. Mas também não irá julgar ninguém com o fígado, com ódio pelas pressões.

## Moraes

A Moraes concedeu-se a possibilidade de um tom mais indignado. Afinal, ele é o alvo das sanções de Donald Trumpe e dos bolsonaristas. É ele quem está impedido de usar cartões de crédito internacionais. Para Melillo, porém, não exatamente duro, mas na medida.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Moraes: até onde apoia-se o seu ativismo?

## Supremo descolou-se da dimensão corporativa

Melillo é advogado de Carlos Rocha, presidente do Instituto Voto Legal (IVL), um dos réus no núcleo 4, ou “núcleo de desinformação”, na ação penal que julga a tentativa de golpe de Estado. O IVL foi contratado pelo PL para fazer a auditoria nas urnas eletrônicas que resultou na ação que o partido moveu – e perdeu

– no TSE. É uma situação curiosa: o parecer técnico do IVL descarta a possibilidade de fraude, e não foi o instituto que o divulgou. Curiosamente, Rocha entrou na ação e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que contratou o IVL e moveu a ação ficou de fora. Como analista, porém, Melillo observa o momento delicado no STF.

## Solidariedade

E, nesse sentido, a razão pela qual o Supremo ressentiu-se de pouca solidariedade do meio jurídico, como já dissera aqui o Correio Político, no dia 23 de junho. Para Melillo, o “STF descolou-se da dimensão corporativa”, ficou muito maior do que isso.

## Ativismo

Então, diante da gravidade do momento, ninguém critica diretamente um certo grau excessivo de ativismo jurídico de Alexandre de Moraes. Embora também não apoie. Nesse ponto, nem mesmo talvez o próprio STF parece uníssono nas suas posições.

## Divisão

Alguns ministros não quiseram assinar nota de solidariedade a Moraes e não participaram do jantar com o presidente Lula na semana passada. Até onde na Primeira Turma Luiz Fux servirá mesmo de contraponto às posições dos demais é uma incógnita.

## Fachin

No dia 28 de setembro, termina o mandato de Barroso como presidente. Assumirá Edson Fachin. Há uma expectativa de que Fachin tente retomar um clima mais sóbrio e formal e menos midiático que o Supremo já teve. Conseguirá conter a fogueira das vaidades?

## Volta do Congresso desafoga pauta represada

Temas vão desde anistia até a reforma tributária. Veja projetos

Por Gabriela Gallo

O recesso parlamentar não parou o país, e o Congresso Nacional assistiu a dias agitados durante o seu período de folga. Após duas semanas de recesso parlamentar, nesta semana o Congresso retoma suas atividades, com uma série de matérias importantes pendentes. E como fora adiantado por parlamentares da oposição, logo após o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) começar a usar tornozeleira eletrônica e cumprir uma série de medidas cautelares, o foco será nas articulações para aprovar o projeto que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2025, em Brasília. Nesta terça-feira (5) está agendada uma sessão no plenário da Câmara dos Deputados.

Em suas redes sociais, o deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-RS) destacou que, nesse retorno, a oposição terá um “um foco muito direcionado” para quatro pautas. “Primeiro, a anistia ampla, geral e irrestrita. Segundo, que o Senado instaure, de uma vez por todas, o processo de impeachment contra o ministro [do Supremo Tribunal Federal] Alexandre de Moraes. Terceiro, o impeachment de [o presidente Luiz Inácio] Lula da Silva, que não tem mais condições de permanecer a frente do Palácio do Planalto, e quarto, o fim do foro privilegiado”, disse Sanderson.

## Foro

A questão do foro é curiosa. Por anos, concedeu a políticos uma condição especial, de serem julgados pela Suprema Corte, que quase nunca os condenava. O protagonismo político do STF mudou essa situação. As condenações passaram a acontecer, e, como o STF é a última instância do Judiciário, sem muita possibilidade de recurso.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 333/2017 propõe encerrar o foro por prerrogativa de função (conhecido como foro privilegiado) para crimes comuns. A medida declara que somente o presidente e vice-

Alan Santos/Câmara dos Deputados



Oposição foca na anistia e impeachment de Lula e Moraes

–presidente da República, e os presidentes da Câmara, do Senado e do STF devem ser julgados em tribunais de instâncias superiores. A medida já foi aprovada no Senado e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, tal como na comissão especial da Casa para tratar do tema.

O foro por prerrogativa de função determina que algumas autoridades (para além das já citadas anteriormente, também abrange deputados federais e senadores) devem ser julgadas em tribunais de instância superior na intenção de garantir a proteção da função pública que a autoridade exerce. Porém, nos últimos anos parlamentares da oposição ao governo de Lula 3 alegam que a Suprema Corte está se aproveitando da posição para prejudicar opositores. Em um vídeo divulgado em suas redes sociais, o deputado Sanderson destacou que a medida permitirá retirar “esse perfil de delegacia de polícia que toma conta do STF, muitas vezes para perseguir adversários e tentar calar opositores”.

## CPMI

Após o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ler o requerimento que solicita a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará o esquema de desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a expectativa é que a comissão seja instalada e inicie os trabalhos ainda neste mês. No entanto, ainda não foi fixada uma data.

A comissão será formada por 15 deputados federais e 15 sena-

dores, com o mesmo número de suplentes. Apesar de ainda não ter sido confirmado, a expectativa é que o senador Omar Aziz (PSD-AM) seja o presidente do colegiado – ele também presidiu a comissão que discutiu as ações e omissões do governo de Jair Bolsonaro (PL) no enfrentamento a pandemia de Covid-19.

## Reforma Tributária

Além disso, ainda falta a Comissão de Constituição e Justiça do Senado definir o segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024). Na atual conjuntura, o projeto enfrenta um embate para ser aprovado: a formação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Há um desacordo quanto à forma de escolha dos representantes dos municípios entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP).

O conselho superior gestor do Comitê Gestor do IBS será composto por secretários de Fazenda das 27 unidades da federação e 27 representantes municipais eleitos pelos prefeitos. Estes últimos serão divididos em duas chapas: uma composta de 14 candidatos conselheiros, em que os prefeitos têm voto de mesmo valor; e outra de 13, em que prefeitos de municípios mais populosos têm voto de maior peso.

O CNM argumenta que as atuais regras oferecem vantagem na indicação de membros do Conselho Superior do comitê. Por outro lado, a FNP alega que a confederação de municípios desrespeitou um acordo que permitiria uma participação equilibrada das duas associa-

ções. O caso está em discussão.

## Imposto de Renda

Outro tema que será discutido nesta semana e está pronto para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados é o projeto de lei que amplia a faixa de isenção do pagamento do imposto de renda para aqueles que ganham R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025) – promessa de campanha do presidente Lula. Segundo Motta, a discussão do tema será prioridade no segundo semestre, visto que a proposta é implementar a medida já em 2026.

Relatado pelo ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o projeto amplia a isenção parcial do pagamento do imposto de renda para quem ganha entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350. Além disso, o texto determina que, para compensar a perda arrecadatória com a medida, será implementada uma taxa progressiva, que começará para aqueles que ganham R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês), e finalizaria com uma taxa de 10% para quem tem uma renda anual a partir de R\$ 1,2 milhão. A medida pode sofrer alterações no plenário.

## Licença Paternidade

Após determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que venceu em julho, o Plenário da Câmara dos Deputados também deve votar a regulamentação da licença paternidade na sessão em plenário desta terça. Atualmente, a licença paternidade é de cinco dias, segundo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), sancionada na Constituição de 1988. Contudo, pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), previsto na Constituição Federal, a licença paternidade atual de cinco dias deveria permanecer até o Congresso Nacional aprovar uma lei complementar para implementação definitiva – o que nunca aconteceu.

Circulam dois projetos sobre o tema, um na Câmara que amplia a licença de cinco para 15 dias e outro no Senado que amplia para 20 dias, além de ampliar a licença-maternidade de 120 para 180 dias. Ambos os projetos abrangem casos de adoção.

## Lula e Bolsonaro disputam cena política no domingo

Por Rudolfo Lago

Vestindo uma brilhante camisa vermelha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou pouco antes do meio-dia deste domingo (3) ao auditório do Brasil 21 em Brasília, onde aconteceu o Encontro Nacional do PT que oficializou Edinmho Silva como o novo presidente do partido. Diversos ministros do governo também participaram do encontro.

Ao mesmo tempo, em 20 capitais do país aconteceram atos em defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro e contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Os atos pró-Bolsonaro tiveram a ausência do próprio ex-presidente que, cumprindo restrições impostas por Moraes e usando tornozeleira eletrônica, optou por não correr maiores riscos. As restrições impostas impedem Bolsonaro de sair de casa nos fins de semana. Sua esposa, Michelle Bol-

Reprodução TV



Lula: governo incomoda quem acha que é dono do mundo

sonaro, participou do ato em Belém, capital do Pará. Michelle subiu o tom contra Lula, a quem, no ato, chamou de “cachaceiro sem-vergonha”.

“Lula está manando nossas riquezas para fora”, disse Michelle. “Isso não vamos aceitar”.

## Soberania

O ataque de Michelle foi claramente uma estratégia de resposta ao tom usado por Lula e pelo PT, depois do tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O tom usado por Lula e outros ministros e petistas em Brasília foi exatamente de de-

fesa da soberania, ameaçada pelas ações de Trump.

Em seu discurso, Lula citou uma frase dita pelo escritor e compositor Chico Buarque. “Eu gosto do PT porque não fala fino com os Estados Unidos nem fala grosso com a Bolívia”, discursou Lula. O presidente mencionou os diversos acordos com outros países que, segundo ele, foram feitos. De acordo com Lula, foram abertos 388 novos mercados para o Brasil. “Abrimos um portão grande, onde todo mundo quer negociar com o Brasil. Isso começa a assustar as pessoas que acham que são donas do mundo”.

Lula, porém, reconheceu dificuldades, que estariam sendo superadas. “As pesquisas não estão erradas”, disse o presidente, mencionando dificuldades na popularidade do governo. “O que fizemos não chegou para ninguém. É muito lançamento dentro do Palácio e pouco na rua”.

Lula criticou a divisão entre tendências dentro do PT. Segundo ele, “um monte de tendência pessoal, um monte de picuinha”, disse pregando a necessidade de união.

O presidente mencionou as dificuldades de relacionamento no Congresso sendo o PT e o governo minoria. “Se depender só de nós, não se aprova nada”, afirmou. Mas lembrou que, com muita conversa, conseguiu aprovar a reforma tributária. “Cedendo muita coisa. Se não for assim, não se faz política”, afirmou. “Não preciso saber se o presidente da Câmara gosta de mim. Preciso entender que ele foi eleito. E que eu preciso dele mais do que ele de mim”.